

## ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL DECRETO-LEI Nº 78/87, DE 17 DE FEVEREIRO	7
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E GERAIS	21
PARTE I	25
LIVRO I Dos sujeitos do processo	25
TÍTULO I Do Juiz e do Tribunal	25
CAPÍTULO I Da jurisdição	25
CAPÍTULO II Da competência	25
SECÇÃO I Competência material e funcional	25
SECÇÃO II Competência territorial	28
SECÇÃO III Competência por conexão	30
CAPÍTULO III Da declaração de incompetência	32
CAPÍTULO IV Dos conflitos de competência	32
CAPÍTULO V Da obstrução ao exercício da jurisdição	33
CAPÍTULO VI Dos impedimentos, recusas e escusas	34
TÍTULO II Do Ministério Público e dos órgãos de Polícia Criminal	37
TÍTULO III Do arguido e do seu defensor	39
TÍTULO IV Vítima	43
TÍTULO V Do assistente	44
TÍTULO VI Das partes civis	46
LIVRO II Dos actos processuais	49
TÍTULO I Disposições gerais	49
TÍTULO II Da forma dos actos e da sua documentação	54
TÍTULO III Do tempo dos actos e da aceleração do processo	58
TÍTULO IV Da comunicação dos actos e da convocação para eles	62
TÍTULO V Das nulidades	67
LIVRO III Da prova	69
	429

ÍNDICE-SUMÁRIO

TÍTULO I Disposições gerais	69
TÍTULO II Dos meios de prova	70
CAPÍTULO I Da prova testemunhal	70
CAPÍTULO II Das declarações do arguido, do assistente e das partes civis	73
CAPÍTULO III Da prova por acareação	76
CAPÍTULO IV Da prova por reconhecimento	76
CAPÍTULO V Da reconstituição do facto	77
CAPÍTULO VI Da prova pericial	78
CAPÍTULO VII Da prova documental	83
TÍTULO III Dos meios de obtenção da prova	84
CAPÍTULO I Dos exames	84
CAPÍTULO II Das revistas e buscas	85
CAPÍTULO III Das apreensões	87
CAPÍTULO IV Das escutas telefónicas	91
LIVRO IV Das medidas de coacção e de garantia patrimonial	94
TÍTULO I Disposições gerais	94
TÍTULO II Das medidas de coacção	96
CAPÍTULO I Das medidas admissíveis	96
CAPÍTULO II Das condições de aplicação das medidas	101
CAPÍTULO III Da revogação, alteração e extinção das medidas	103
CAPÍTULO IV Dos modos de impugnação	106
CAPÍTULO V Da indemnização por privação da liberdade ilegal ou injustificada	108
TÍTULO III Das medidas de garantia patrimonial	108
LIVRO V Relações com autoridades estrangeiras e entidades judiciárias internacionais	109
TÍTULO I Disposições gerais	109
TÍTULO II Da revisão e confirmação de sentença penal estrangeira	110
PARTE II	113
LIVRO VI Das fases preliminares	113
TÍTULO I Disposições gerais	113
CAPÍTULO I Da notícia do crime	113
CAPÍTULO II Das medidas cautelares e de polícia	115
CAPÍTULO III Da detenção	118
TÍTULO II Do inquérito	120
CAPÍTULO I Disposições gerais	120
CAPÍTULO II Dos actos de inquérito	122
CAPÍTULO III Do encerramento do inquérito	126
TÍTULO III Da instrução	131
CAPÍTULO I Disposições gerais	131
CAPÍTULO II Dos actos de instrução	133
CAPÍTULO III Do debate instrutório	134
CAPÍTULO IV Do encerramento da instrução	136

LIVRO VII Do julgamento	138
TÍTULO I Dos actos preliminares	138
TÍTULO II Da audiência	142
CAPÍTULO I Disposições gerais	142
CAPÍTULO II Dos actos introdutórios	146
CAPÍTULO III Da produção da prova	151
CAPÍTULO IV Da documentação da audiência	158
TÍTULO III Da sentença	159
LIVRO VIII Dos processos especiais	165
TÍTULO I Do processo sumário	165
TÍTULO II Do processo abreviado	170
TÍTULO III Do processo sumaríssimo	172
LIVRO IX Dos recursos	174
TÍTULO I Dos recursos ordinários	174
CAPÍTULO I Princípios gerais	174
CAPÍTULO II Da tramitação unitária	177
CAPÍTULO III Do recurso perante as relações	183
CAPÍTULO IV Do recurso perante o Supremo Tribunal de Justiça	184
TÍTULO II Dos recursos extraordinários	185
CAPÍTULO I Da fixação de jurisprudência	185
CAPÍTULO II Da revisão	188
LIVRO X Das execuções	192
TÍTULO I Disposições gerais	192
TÍTULO II Da execução da pena de prisão	194
CAPÍTULO I Da prisão	194
CAPÍTULO II Da liberdade condicional	195
CAPÍTULO III Da execução da prisão por dias livres e em regime de semidetenção ou de permanência na habitação	196
TÍTULO III Da execução das penas não privativas de liberdade	196
CAPÍTULO I Da execução da pena de multa	196
CAPÍTULO II Da execução da pena suspensa	197
CAPÍTULO III Da execução da prestação de trabalho a favor da comunidade e da admoestação	199
CAPÍTULO IV Da execução das penas acessórias	199
TÍTULO IV Da execução das medidas de segurança	201
CAPÍTULO I Execução das medidas de segurança privativas da liberdade	201
CAPÍTULO II Da execução da pena e da medida de segurança privativa da liberdade	202
CAPÍTULO III Da execução das medidas de segurança não privativa de liberdade	202
TÍTULO V Da execução da pena relativamente indeterminada	202
TÍTULO VI Da execução de bens e destino das multas	202
LIVRO XI Da responsabilidade por custas	203

ÍNDICE-SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CONSTITUIÇÃO PROCESSUAL PENAL)

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	209
PARTE I DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS	211
TÍTULO I Princípios gerais	211
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	213
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	213
PARTE III ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO	217
TÍTULO III Assembleia da República	217
CAPÍTULO II Competência	217
TÍTULO V Tribunais	220
CAPÍTULO I Princípios gerais	220
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	222
CAPÍTULO III Estatuto dos juizes	223
CAPÍTULO IV Ministério Público	224
TÍTULO IX Administração Pública	225
REGIME DE JÚRI EM PROCESSO PENAL	
DECRETO-LEI Nº 387-A/87, DE 29 DE DEZEMBRO	227
CAPÍTULO I Da Constituição do Tribunal	228
CAPÍTULO II Da capacidade para ser jurado	229
CAPÍTULO III Da selecção dos jurados	231
CAPÍTULO IV Estatuto de Jurado	233
LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
LEI Nº 49/2008, DE 27 DE AGOSTO	237
CAPÍTULO I Investigação criminal	237
CAPÍTULO II Órgãos de polícia criminal	238
CAPÍTULO III Coordenação dos órgãos de polícia criminal	243
CAPÍTULO IV Fiscalização dos órgãos de polícia criminal	245
CAPÍTULO V Disposições finais	246
LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	
LEI Nº 37/2015, DE 5 DE MAIO	247
CAPÍTULO I Disposições gerais	247
CAPÍTULO II Registo criminal	248
CAPÍTULO III Registo de contumazes	254
CAPÍTULO IV Ficheiro dactiloscópico de arguidos condenados	255
CAPÍTULO V Troca de informação sobre condenações proferidas por tribunais de Estados membros da União Europeia	256

CAPÍTULO VI Troca de informações com Estados que não sejam membros da União Europeia	262
CAPÍTULO VII Proteção de dados pessoais	262
CAPÍTULO VIII Disposições finais	264
LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – REGULAMENTAÇÃO	
DECRETO-LEI Nº 171/2015, DE 25 DE AGOSTO	267
CAPÍTULO I Disposições gerais	269
CAPÍTULO II Identificação dos titulares de registos	270
CAPÍTULO III Informação sujeita a inscrição nos registos	272
CAPÍTULO IV Transmissão da informação aos serviços de identificação criminal	275
CAPÍTULO V Acesso à informação em registo	277
CAPÍTULO VI Direito de acesso aos dados em registo	284
CAPÍTULO VII Outras disposições reguladoras do sistema de informação	284
CAPÍTULO VIII Disposições complementares e finais	287
ESTATUTO DA VÍTIMA	
LEI Nº 130/2015, DE 4 DE SETEMBRO	291
CAPÍTULO I Disposições gerais	293
CAPÍTULO II Princípios	293
CAPÍTULO III Direitos das vítimas de criminalidade	294
CAPÍTULO IV Estatuto de vítima especialmente vulnerável	298
CAPÍTULO V Disposições finais	301
PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL	
LEI Nº 93/99, DE 14 DE JULHO	303
CAPÍTULO I Disposições gerais	303
CAPÍTULO II Ocultação e teleconferência	304
CAPÍTULO III Reserva do conhecimento da identidade da testemunha	306
CAPÍTULO IV Medidas e programas especiais e segurança	308
CAPÍTULO V Testemunhas especialmente vulneráveis	310
CAPÍTULO VI Medidas adicionais de protecção	312
CAPÍTULO VII Regulamentação e execução	312
PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL – REGULAMENTAÇÃO	
DECRETO-LEI Nº 190/2003, DE 22 DE AGOSTO	315
CAPÍTULO I Disposição geral	315
CAPÍTULO II Reserva do conhecimento da identidade da testemunha	315
CAPÍTULO III Medidas pontuais de segurança	317
CAPÍTULO IV Comissão de Programas Especiais de Segurança	318
CAPÍTULO V Programas especiais de segurança	319
CAPÍTULO VI Testemunhas especialmente vulneráveis	322
CAPÍTULO VII Disposição final	322

ÍNDICE-SUMÁRIO

REGIME JURÍDICO DO MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU

LEI Nº 65/2003, DE 23 DE AGOSTO	323
CAPÍTULO I Disposições gerais	323
SECÇÃO I Noção, âmbito, conteúdo e transmissão	323
SECÇÃO II Medidas provisórias, princípio da especialidade, entrega e extradição posterior	326
SECÇÃO III Outras disposições	329
CAPÍTULO II Execução de mandado de detenção europeu emitido por Estado membro estrangeiro	329
SECÇÃO I Condições de execução	329
SECÇÃO II Processo de execução	333
CAPÍTULO III Emissão em Portugal de mandado de detenção europeu	339
CAPÍTULO IV Trânsito	340
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	340

REGIME DA UTILIZAÇÃO DE MEIOS TÉCNICOS DE CONTROLO À DISTÂNCIA

LEI Nº 33/2010, DE 2 DE SETEMBRO	349
CAPÍTULO I Parte geral	349
CAPÍTULO II Parte especial	354
SECÇÃO I Medida de coacção de obrigação de permanência na habitação	354
SECÇÃO II Pena de prisão em regime de permanência na habitação	355
SECÇÃO III Modificação da execução da pena de prisão de reclusos portadores de doença grave, evolutiva e irreversível ou de deficiência grave e permanente ou de idade avançada	356
SECÇÃO IV Adaptação à liberdade condicional com vigilância electrónica	356
SECÇÃO V Das medidas e penas de afastamento do arguido ou condenado em contexto de violência doméstica	357
SECÇÃO VI Obrigação de permanência na habitação por crime de incêndio florestal	358
CAPÍTULO III Do tratamento dos dados da vigilância electrónica	358
CAPÍTULO IV Disposições finais	360

REGIME JURÍDICO DAS PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS E FORENSES

LEI Nº 45/2004, DE 19 DE AGOSTO	361
CAPÍTULO I Disposições gerais	361
CAPÍTULO II Exames e perícias	365
SECÇÃO I Perícias médico-legais urgentes	365
SECÇÃO II Exames e perícias no âmbito da tanatologia forense	366
SECÇÃO III Exames e perícias no âmbito da clínica médico-legal e forense	370
SECÇÃO IV Exames e perícias no âmbito da genética, biologia e toxicologia forenses	370
SECÇÃO V Exames e perícias no âmbito da psiquiatria e psicologia forenses	371

SECCÃO VI Produtos e objectos examinados	371
SECCÃO VII Médicos a contratar para o exercício de funções periciais	372
SECCÃO VIII Disposições finais e transitórias	373
REGIME DE CONCESSÃO DE INDEMNIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS E DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
LEI Nº 104/2009, DE 14 DE SETEMBRO	375
CAPÍTULO I Disposição geral	375
CAPÍTULO II Indemnização às vítimas de crimes violentos	375
CAPÍTULO III Indemnização às vítimas de violência doméstica	377
CAPÍTULO IV Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes	378
CAPÍTULO V Procedimento para concessão do adiantamento	381
CAPÍTULO VI Direitos do Estado	383
CAPÍTULO VII Responsabilidade criminal	384
CAPÍTULO VIII Aplicação no espaço	384
CAPÍTULO IX Disposições finais	386
REGIME DE MEDIAÇÃO EM PROCESSO PENAL	
LEI Nº 21/2007, DE 12 DE JUNHO	389
REGULAMENTO DO SISTEMA DE MEDIAÇÃO PENAL	
PORTARIA Nº 68-c/2008, DE 22 DE JANEIRO	395
CAPÍTULO I Objecto, organização e funcionamento	397
CAPÍTULO II Procedimento de mediação	398
CAPÍTULO III Actividade dos mediadores	401
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	402
REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES	
DECRETO-LEI Nº 433/82, DE 27 DE OUTUBRO	403
I PARTE Da contra-ordenação e da coima em geral	407
CAPÍTULO I Âmbito de vigência	407
CAPÍTULO II Da contra-ordenação	408
CAPÍTULO III Da coima e das sanções acessórias	410
CAPÍTULO IV Prescrição	412
CAPÍTULO V Do direito subsidiário	414
II PARTE Do processo de contra-ordenação	414
CAPÍTULO I Da competência	414
CAPÍTULO II Princípios e disposições gerais	416
CAPÍTULO III Da aplicação da coima pelas autoridades administrativas	417
CAPÍTULO IV Recurso e processo judiciais	420
CAPÍTULO V Processo de contra-ordenação e processo criminal	423
CAPÍTULO VI Decisão definitiva, caso julgado e revisão	424
CAPÍTULO VII Processos especiais	425

ÍNDICE-SUMÁRIO

CAPÍTULO VIII Da execução	426
CAPÍTULO IX Das custas	427
CAPÍTULO X Disposição final	428



## SUMÁRIO

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL Decreto-Lei nº 78/87, de 17 de fevereiro	7
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CONSTITUIÇÃO PROCESSUAL PENAL)	209
REGIME DE JÚRI EM PROCESSO PENAL Decreto-Lei nº 387-A/87, de 29 de dezembro	227
LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL Lei nº 49/2008, de 27 de agosto	237
LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL Lei nº 37/2015, de 5 de maio	247
LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – REGULAMENTAÇÃO Decreto-Lei nº 171/2015, de 25 de agosto	267
ESTATUTO DA VÍTIMA Lei nº 130/2015, de 4 de setembro	291
PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL Lei nº 93/99, de 14 de julho	303
PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL – REGULAMENTAÇÃO Decreto-Lei nº 190/2003, de 22 de agosto	315
REGIME JURÍDICO DO MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU Lei nº 65/2003, de 23 de agosto	323
	437